

2020

Panorama sobre a atuação dos Oceanógrafos formados e/ou residentes no Estado da Bahia



Coordenação geral
Milena Reis Nervino
Tayane Lopes Santos

Revisão de texto
Júlia Cintra Almeida

Salvador, 26 de junho de 2020

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. METODOLOGIA | 3 |
| 3. RESULTADOS | 4 |
| 3.1. Perfil dos entrevistados | 4 |
| 3.2. Perfil do oceanógrafo no mercado de trabalho | 8 |
| 3.2.1. Profissionais no mercado de trabalho | 8 |
| 3.2.2. Profissionais que não estão atuando no mercado de trabalho, mas já atuaram como oceanógrafos | 9 |
| 3.2.3. Profissionais atuantes no mercado de trabalho | 11 |
| 3.2.4. Renda mensal do Oceanógrafo atuante | 15 |
| 3.3. Entidades de classe e conselho profissional | 17 |
| 3.3.1. Comprovação da Capacidade Técnica | 17 |
| 3.3.2. Dificuldades encontradas quanto à comprovação de capacidade técnica profissional | 18 |
| 3.3.3. Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO) | 19 |
| 3.3.4. Associação Regional (Baiana/ Nordestina) de Oceanógrafos | 20 |
| 3.3.5. Conselho de Classe | 22 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 24 |

1. INTRODUÇÃO

No início de 2019 foram retomadas as discussões, em nível nacional, sobre a necessidade de um conselho de classe para o profissional oceanógrafo no Brasil. Embora tal profissão tenha sido regulamentada no Brasil há 12 anos através da Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008, no Brasil não possui um órgão fiscalizador para seu exercício.

No Estado da Bahia, duas instituições oferecem cursos de graduação em Oceanografia: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), na cidade de Salvador; e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), na cidade de Porto Seguro. Até a data deste documento, de acordo com o Colegiado de Graduação em Oceanografia da UFBA, 146 oceanógrafos foram formados pela instituição - tais profissionais podem vir a integrar o quadro de oceanógrafos atuantes na Bahia. Além destes, há também os oceanógrafos que, por motivos diversos, passaram a residir no Estado e, conseqüentemente, passam a integrar o quadro de oceanógrafos da região. Ainda assim, não há um estudo que mostre a situação atual desses profissionais no Estado da Bahia.

Dessa maneira, este relatório tem o objetivo de reportar os resultados obtidos por meio de uma pesquisa realizada através de um formulário *online* sobre a atuação dos oceanógrafos formados na Bahia e atuantes no mercado de trabalho do Estado. A partir desses dados, será possível entender a carreira do oceanógrafo e sua ocupação no mercado de trabalho. Estes resultados são importantes tanto para os gestores dos cursos de graduação como também para nortear as discussões sobre a viabilidade de implantação de um conselho de classe para a profissão.

2. METODOLOGIA

Um formulário na plataforma do *Google Forms* foi criado e divulgado por meio digital, ficando disponível para preenchimento entre os dias 06/04/2020 e 21/04/2020. As perguntas, bem como as respostas, estão descritas nos resultados.

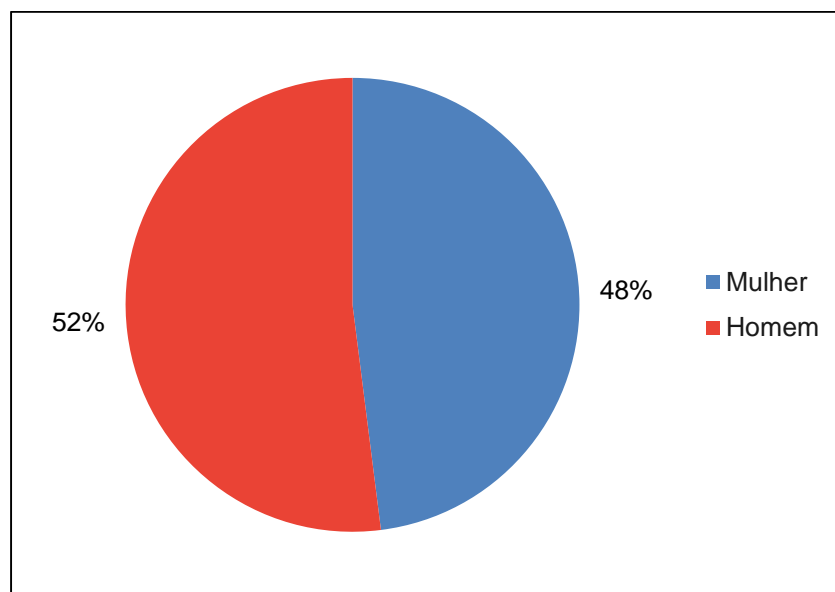
3. RESULTADOS

Cerca de 85 oceanógrafos responderam ao formulário. Destes, 75 correspondiam aos critérios de atuação e/ou conclusão da graduação no Estado da Bahia, sendo consideradas apenas as respostas destes últimos profissionais.

3.1. Perfil dos entrevistados

Dentre os entrevistados, 48% se identificam como mulheres e 52% como homens (Figura 1).

Figura 1 - Identidade de gênero dos participantes.



Em relação à raça/cor de pele, 32% se classificaram como branca, 32% parda, 28% preta, 1,3% indígena e 1,3% amarela (Figura 2). Dos 75 profissionais, 68% residem no Estado da Bahia (Figura 3).

Figura 2 - Raça/Cor de pele dos participantes.

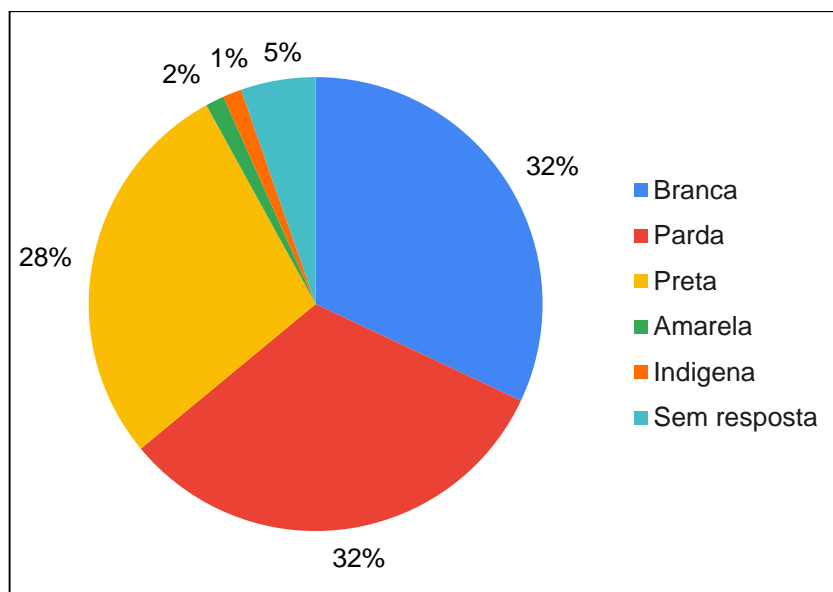
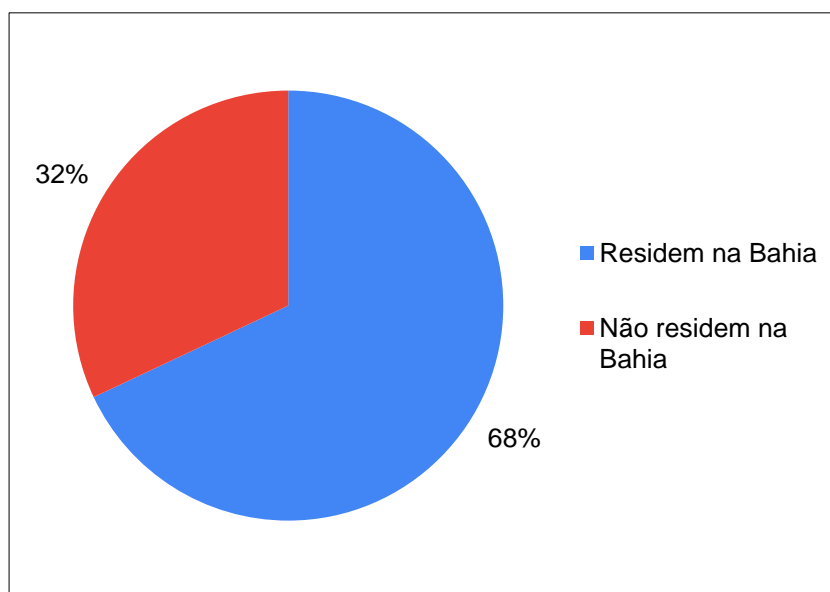
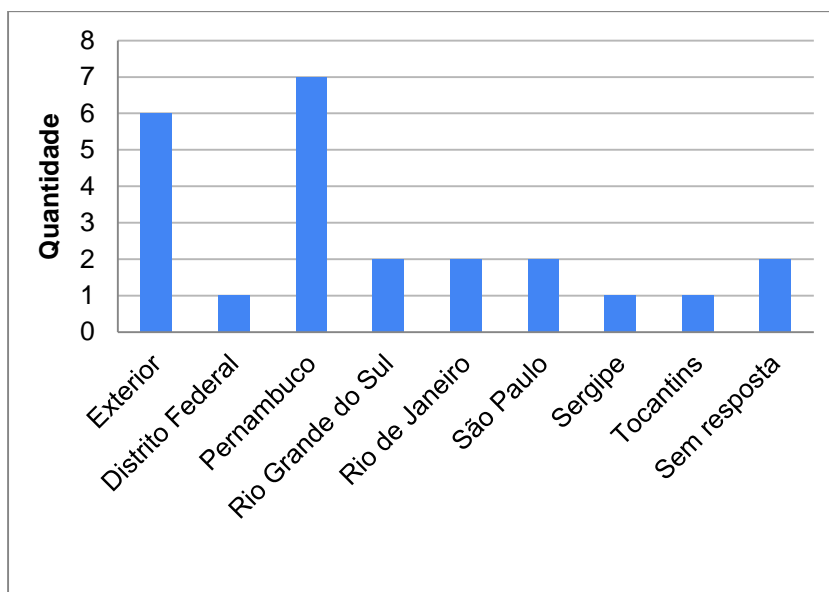


Figura 3 - Profissionais que residem atualmente na Bahia.



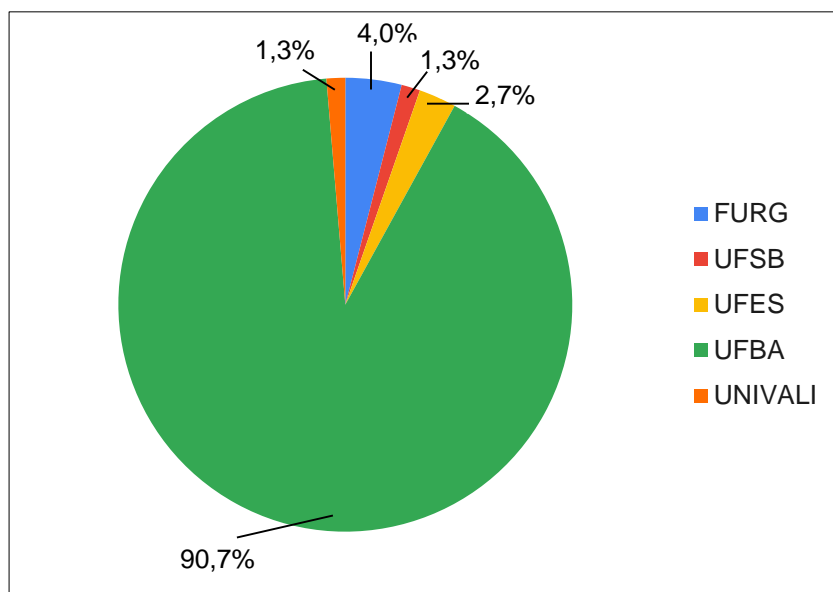
Os que não residem se encontram no exterior, no Distrito Federal e nos estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins e Sergipe (Figura 4).

Figura 4 - Locais de residência dos oceanógrafos formados na Bahia que não residem no estado.



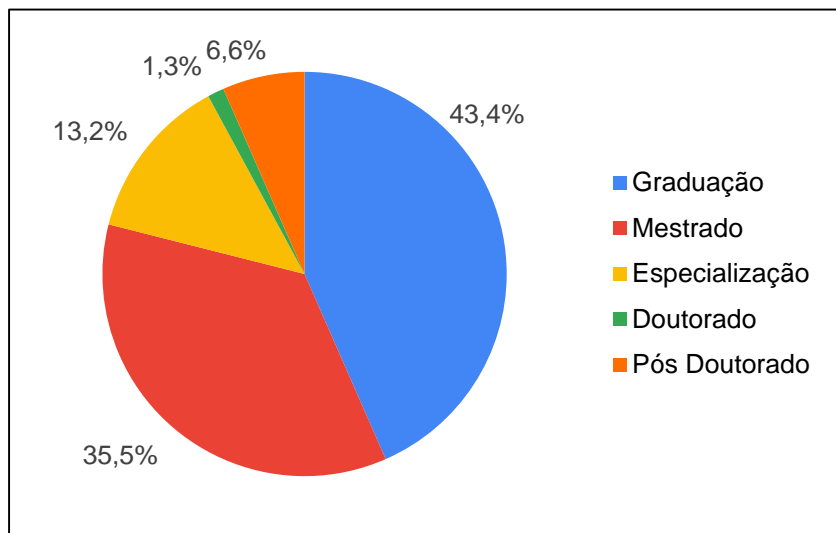
Dos profissionais que responderam ao questionário, a maior parte concluiu a graduação na Universidade Federal da Bahia (90,7%). A parcela restante (9,3%) cursaram Oceanografia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), respectivamente (Figura 5).

Figura 5 - Universidades onde cursaram a graduação de Oceanografia.



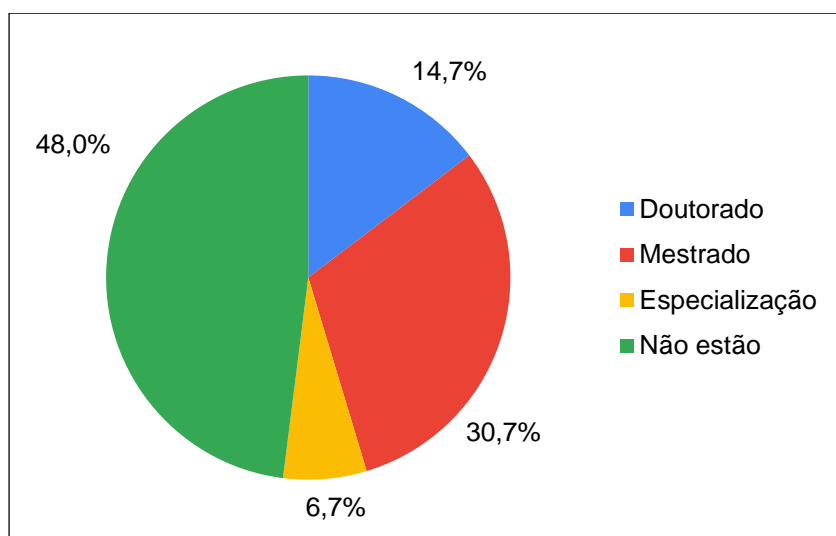
Com relação ao último grau de escolaridade concluído, 43,4% dos profissionais concluíram apenas a graduação, 35,5% concluíram o mestrado, 13,2% o curso de especialização, 1,3% o curso de doutorado e 6,6% concluíram o pós-doutorado (Figura 6).

Figura 6 - Grau de escolaridade já concluído.



Em relação aos cursos em andamento, 30,7% estão cursando o mestrado, 14,7% estão fazendo o doutorado, 6,7% estão em algum curso de especialização e 48% não estão fazendo nenhum curso no momento (Figura 7).

Figura 7 - Grau de escolaridade em andamento.

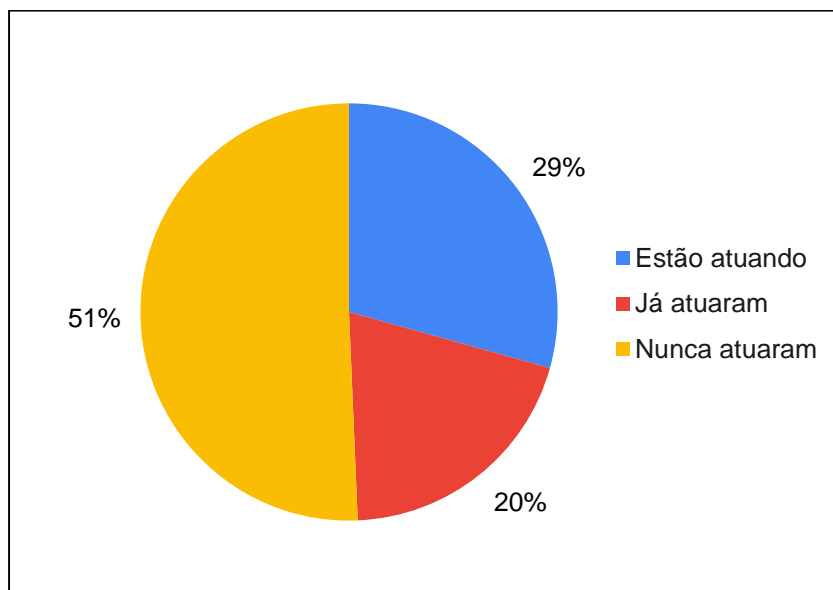


3.2. Perfil do oceanógrafo no mercado de trabalho

3.2.1. Profissionais no mercado de trabalho

Em relação a atuação no mercado de trabalho, 50,7% dos profissionais nunca atuaram como oceanógrafos, 29,3% estão atuando e os outros 21% não estão atuando, mas já atuaram como oceanógrafos (Figura 8).

Figura 8 - Atuação dos oceanógrafos no mercado de trabalho.



Dentre os motivos referentes a não atuação, a falta de oportunidades foi a principal razão citada (Figura 9). Outros motivos citados foram: preferência por especialização, exigência de muitas competências e qualificações pelo mercado, falta de reconhecimento da profissão e mudanças de planos e de carreira. Também foi citada a falta de preparação para o mercado de trabalho pela universidade, a não procura por emprego e a não atração pelo salário oferecido para o profissional oceanógrafo, considerado baixo por muitos (Figura 9).

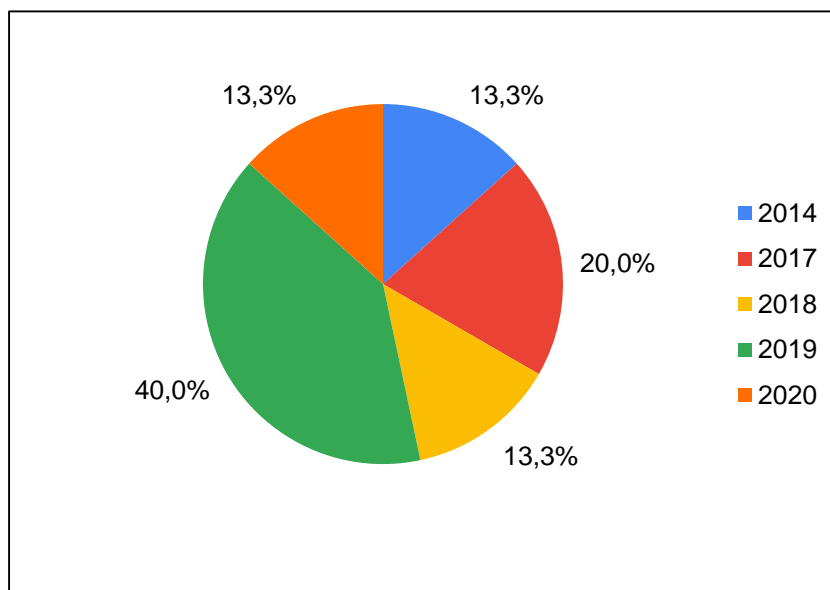
Figura 9 - Razões pelas quais os oceanógrafos não atuantes acreditam não estarem empregados.



3.2.2. Profissionais que não estão atuando no mercado de trabalho, mas já atuaram como oceanógrafos

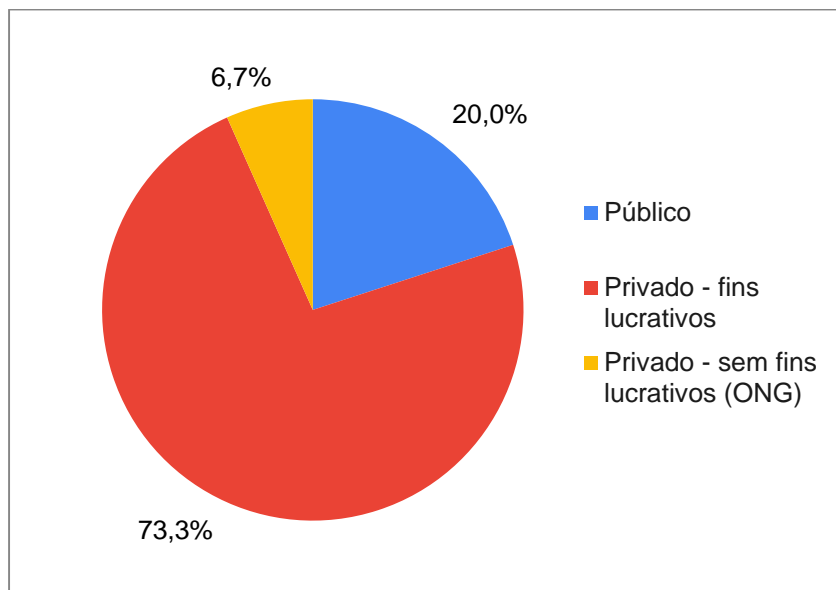
Dos profissionais que já atuaram mas não estão trabalhando atualmente, 13,3% atuaram pela última vez em 2014 , 20% em 2017, 13,3% em 2018, 40% em 2019 e 13,3% em 2020 (Figura 10).

Figura 10 - Último ano de atuação dos profissionais que não estão empregados.



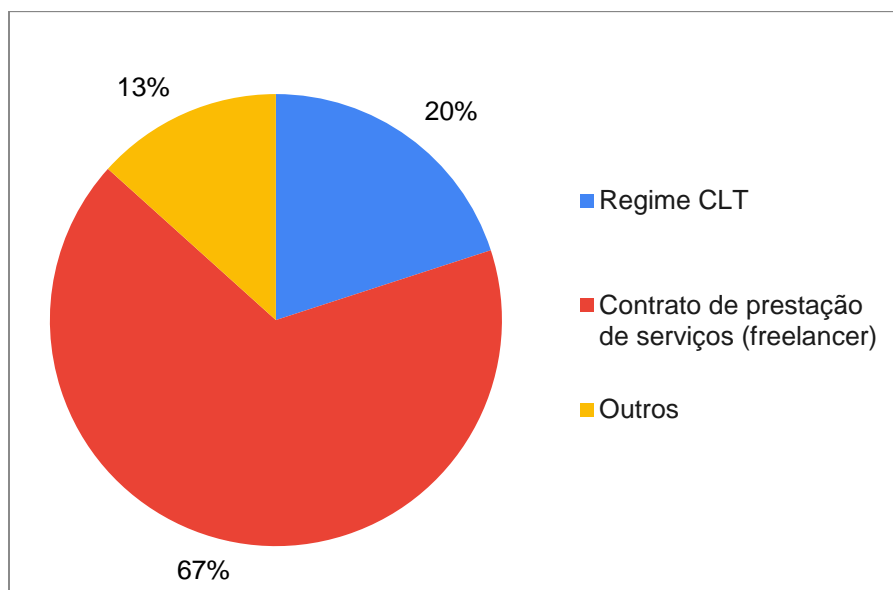
A maioria desses oceanógrafos (73,3%) atuou em instituições privadas com fins lucrativos, enquanto 20% estavam empregadas no setor público e 6,7% estavam em instituições privadas sem fins lucrativos (ONGs) (Figura 11).

Figura 11 - Seguimento das últimas instituições que atuaram enquanto estavam empregados.



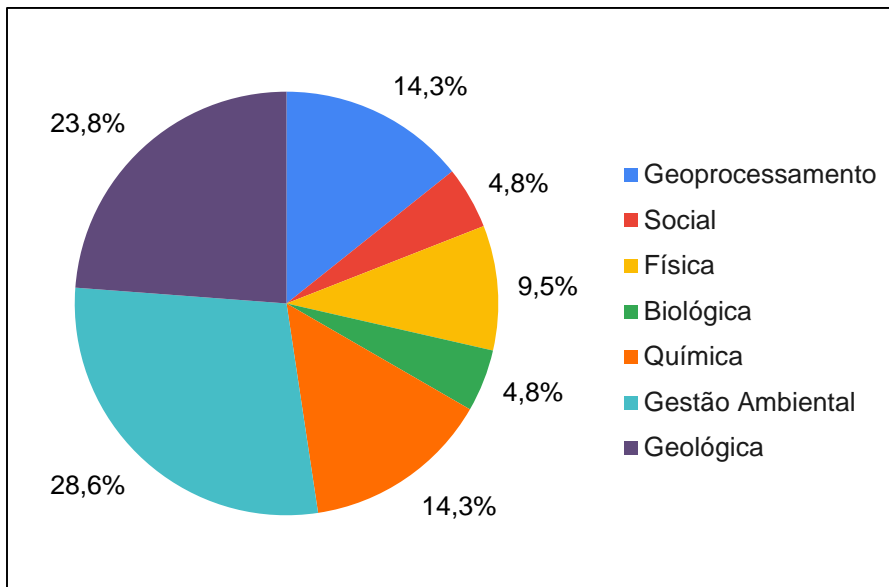
Em relação a modalidade de trabalho, 66% destes profissionais atuaram na modalidade de trabalho de consultor independente (freelancer), 20% no regime CLT e 13,3% em outras modalidades (Figura 12).

Figura 12 - Modalidade de trabalho da última atuação.



Quanto as áreas de atuação, 28,6% atuaram na gestão ambiental, 23,8% na geológica, 14,3% em geoprocessamento, 14,3% na química, 9,5% na física, 4,8% na social e 4,8% na biológica (Figura 13).

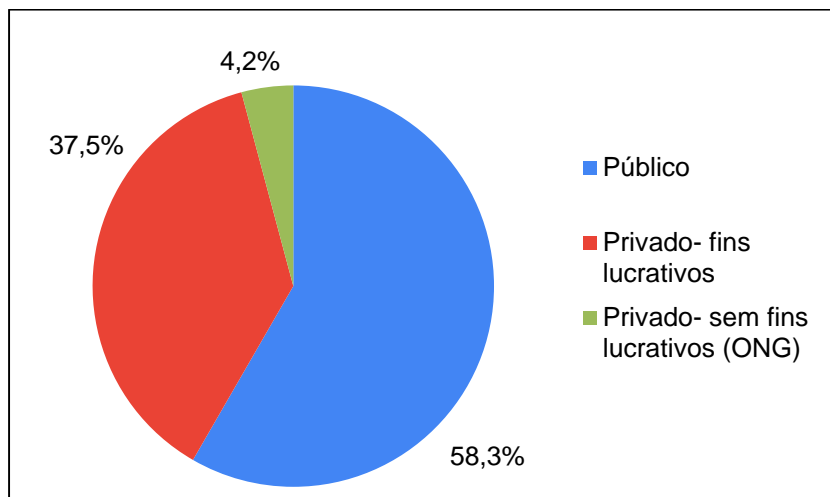
Figura 13 - Áreas da Oceanografia em que atuaram em seu último emprego.



3.2.3. Profissionais atuantes no mercado de trabalho

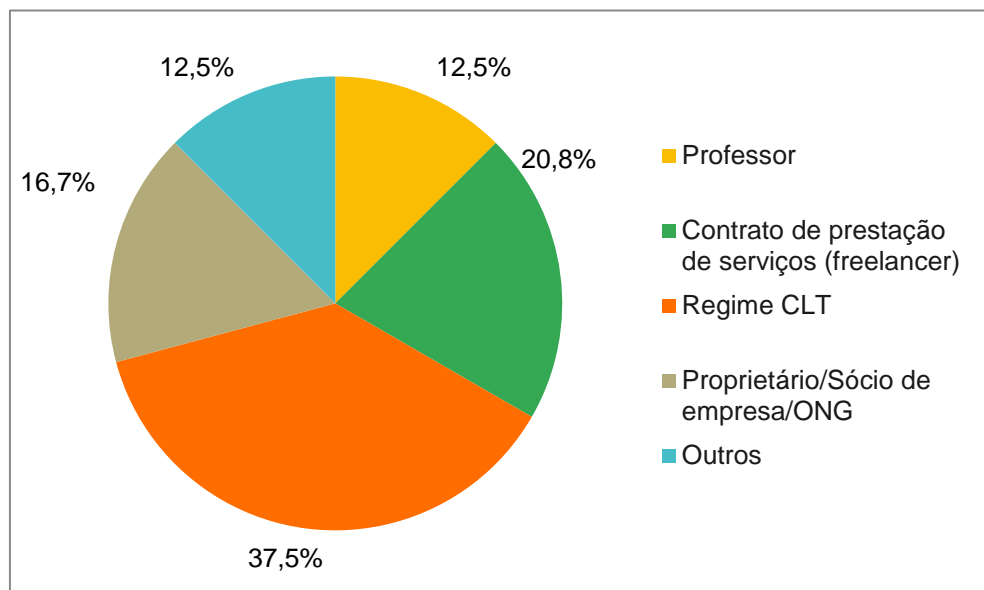
Como apresentado anteriormente, apenas 29,3% dos oceanógrafos que responderam ao formulário estão atuando no mercado de trabalho (Figura 9). Destes, 58,3% estão nas instituições públicas, 37,5% estão no setor privado com fins lucrativos e 4,2% em ONGs (Figura 14).

Figura 14 - Seguimento das instituições que atuam.



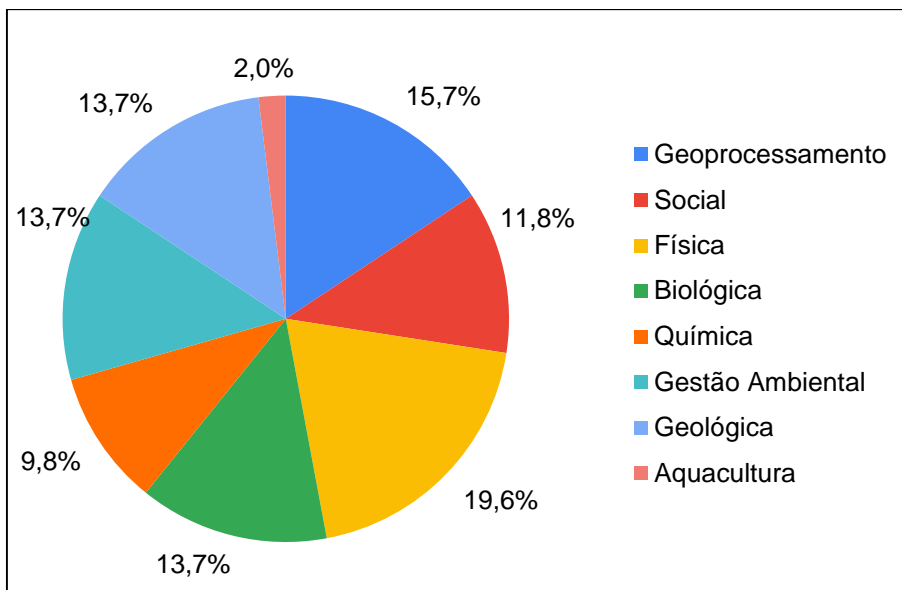
A modalidade de trabalho destes profissionais em sua maioria é do tipo regime CLT (37,5%), seguidos por freelancer (20,8%), proprietário/sócio de empresas ou ONGs (16,7%), professor (12,5%) e outros (12,5%) (Figura 15)

Figura 15 - Modalidade de trabalho que atuam.



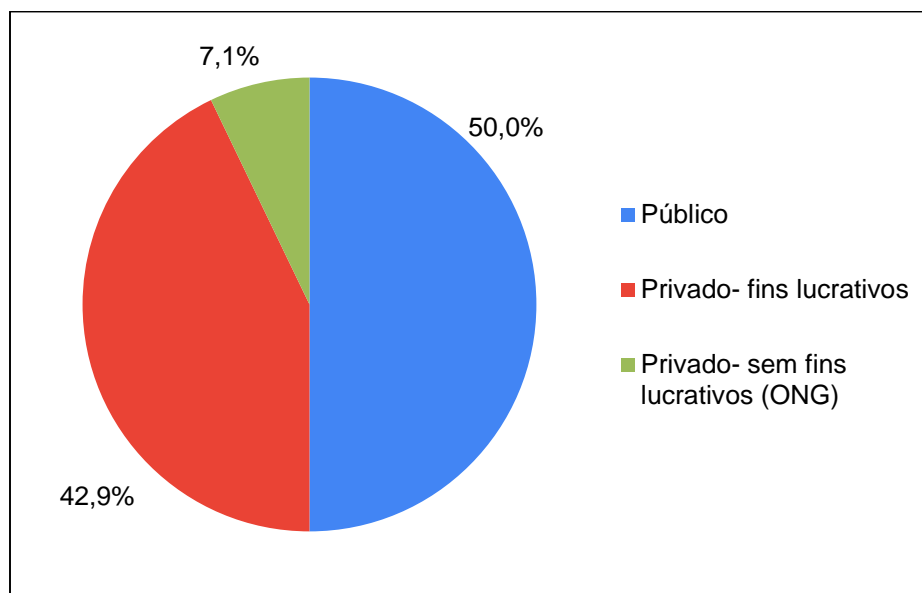
Quanto as áreas de atuação, 19,6% trabalham na área física, 15,7% em geoprocessamento, 13,7% na gestão ambiental, 13,7% na biológica, 13,7% na geológica, 11,8% na social, 9,8% na química e 2% na aquicultura (Figura 16).

Figura 16 - Áreas da Oceanografia em que atuam.



Fazendo um recorte específico da Bahia, dos oceanógrafos que residem no Estado e estão trabalhando na carreira atualmente, 50% estão nas instituições públicas, 42,9% em instituições privadas com fins lucrativos e 7,1% em Organizações Não Governamentais (ONGs) (Figura 17).

Figura 17 - Seguimento das instituições que os oceanógrafos atuam na Bahia.



Esses profissionais atuam nas modalidades de freelancer (26,7%), em regime CLT (26,7%), como proprietário/ sócio de empresas/ ONGs (26,7%) e como professor (20%) (Figura 18), estando nas áreas da física (23,1%), biológica (19,2%), geoprocessamento (15,4%), gestão ambiental (11,5%), química (11,5%), social (7,7%), geológica (7,7%), e aquicultura (3,8%) (Figura 19).

Figura 18 - Modalidade de trabalho que os oceanógrafos atuam na Bahia.

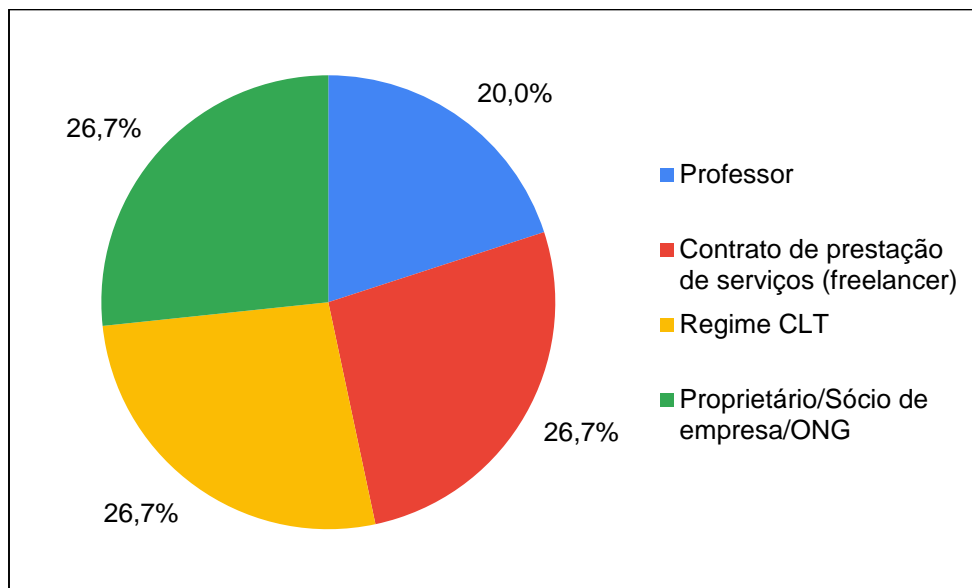
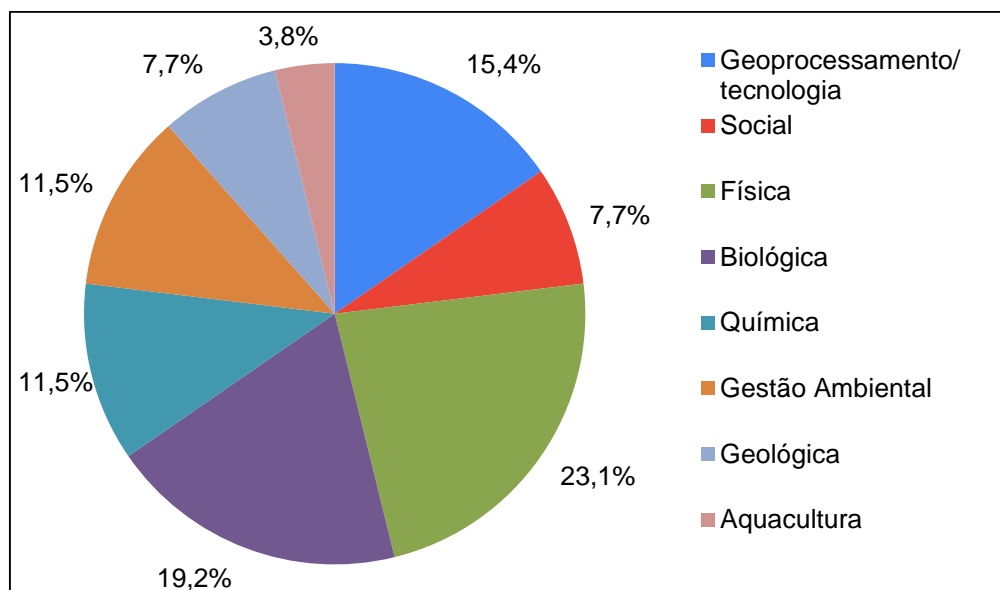


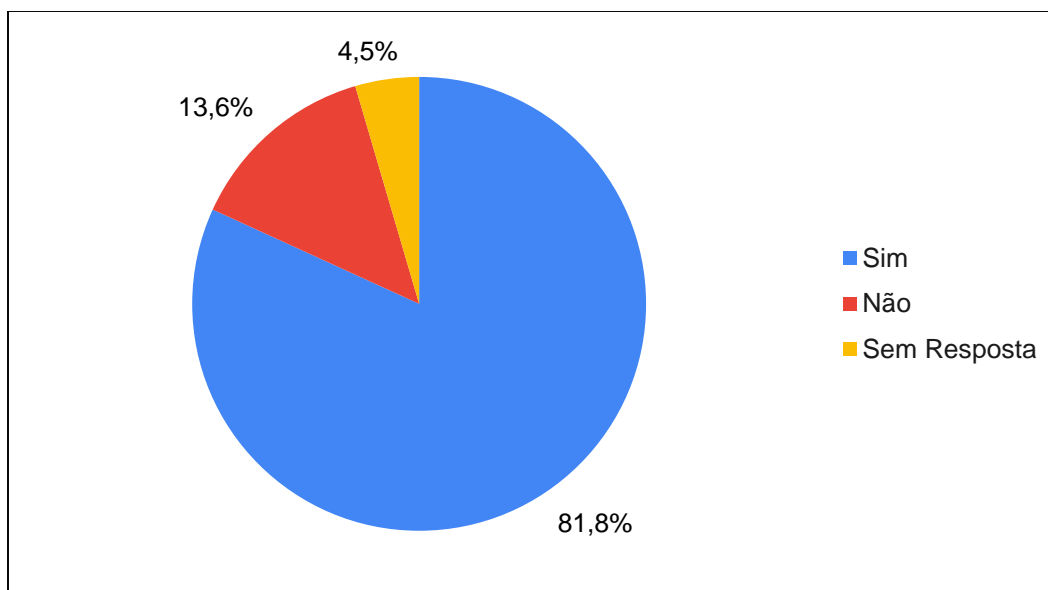
Figura 19 - Áreas da Oceanografia que os oceanógrafos atuam na Bahia.



3.2.4. Renda mensal do Oceanógrafo atuante

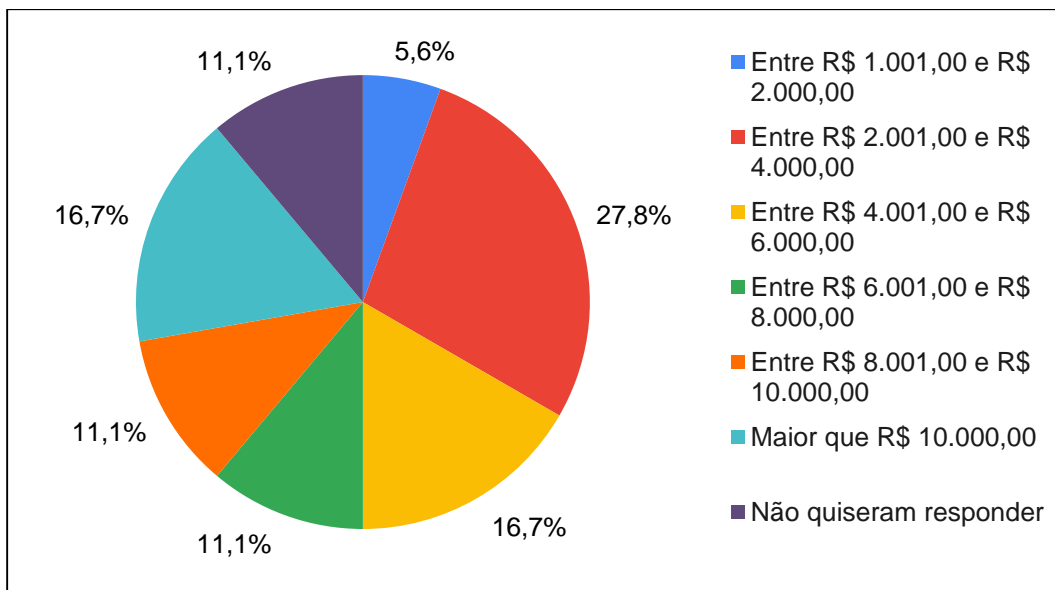
Cerca de 81,8% dos profissionais que atuam hoje no mercado tem renda fixa enquanto que os 13,6% restantes não tem (Figura 20).

Figura 20 - Oceanógrafos atuantes que possuem renda fixa atualmente.



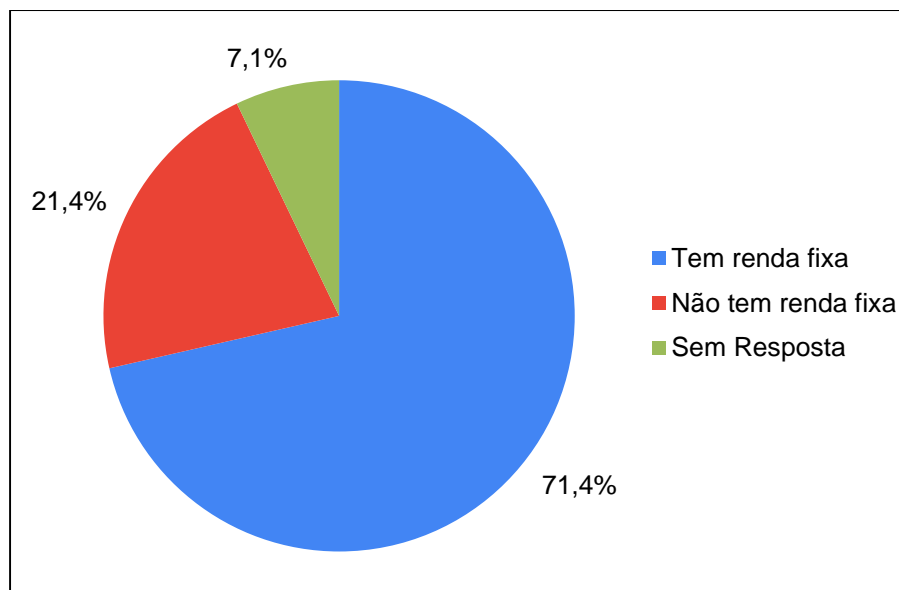
Dos profissionais que compõem essa maioria, 5,6% recebem entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000; 27,8% possuem faixa salarial entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00; 16,7% entre 4.001,00 e R\$ 6.000,00; 11,1% recebem entre 6.001,00 e 8.000,00; 11,1% entre R\$ 8.001,00 e R\$ 10.000,00; e 16,7% recebem mais que R\$ 10.000,00 (Figura 21).

Figura 21 - Renda mensal dos Oceanógrafos que atuam no mercado atualmente.



Em relação aos 14 profissionais que residem na Bahia, 71% possuem renda fixa, enquanto que 21,4% não possuem (Figura 22).

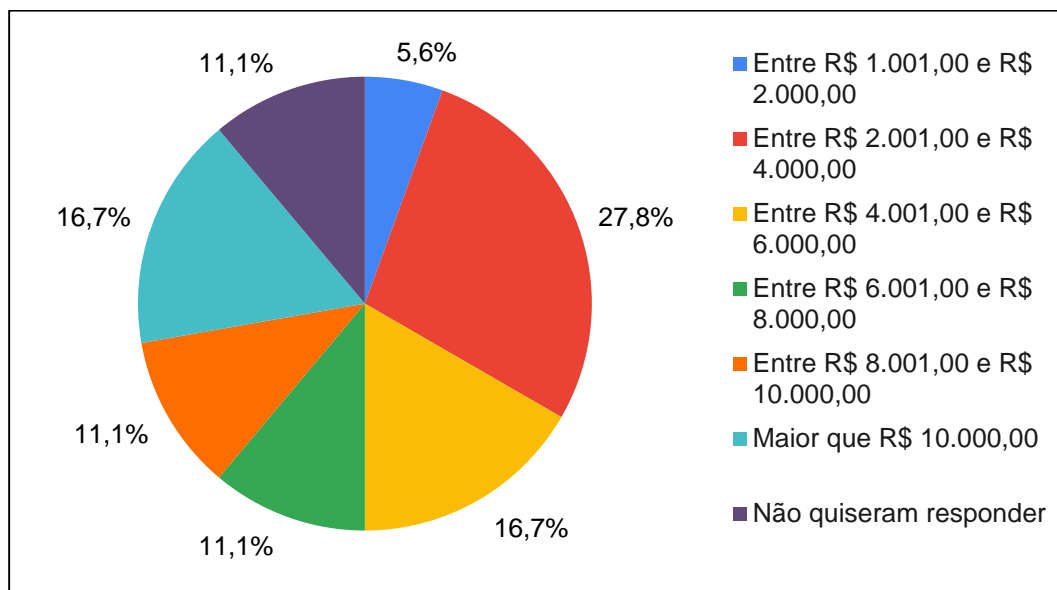
Figura 22- Oceanógrafos atuantes na Bahia que possuem renda fixa atualmente.



Destes, 10% recebem entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00; 30% entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00; 20% entre R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00; 10% entre R\$ 6.001,00 a R\$

8.000,00; 10% entre R\$ 8.001,00 a R\$ 10.000,00; e 20% recebem mais que R\$ 10.000,00 (Figura 23).

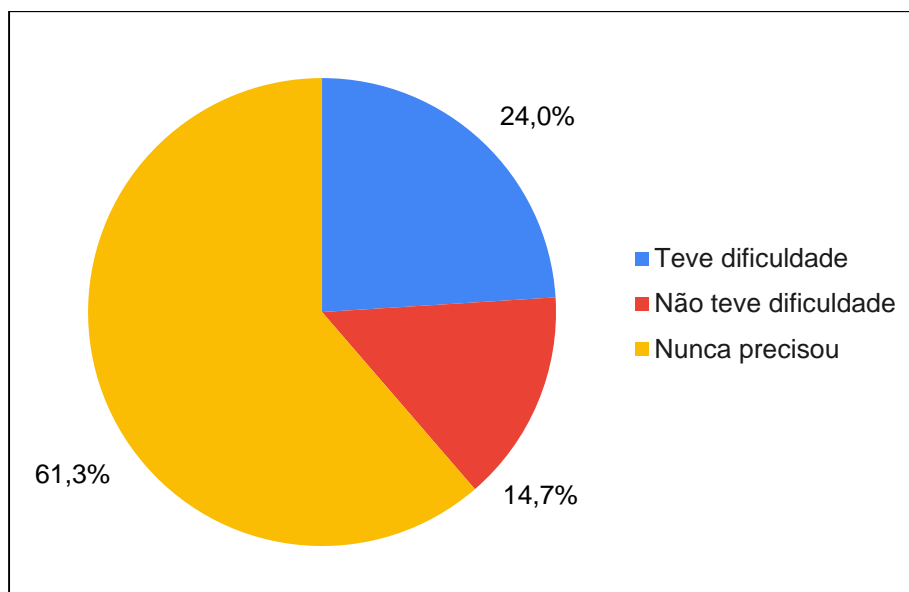
Figura 23 - Renda mensal dos Oceanógrafos que atuam no mercado baiano atualmente.



3.3. Entidades de classe e conselho profissional

3.3.1. Comprovação da Capacidade Técnica

Um dos questionamentos levantados no formulário foi em relação a dificuldade de comprovação da própria capacidade técnica. Os resultados obtidos mostraram que a maioria dos profissionais (61,3%) nunca precisaram comprová-la, enquanto 24% dos profissionais sentem dificuldade quanto a comprovação (Figura 24). Uma parcela menor dos profissionais (14,7%) não sente essa dificuldade (Figura 24), visto que a comprovação técnica é feita por meio de diplomas, certificados, portfólio, atestados de competências, *curriculum vitae*, currículo Lattes, publicações em revistas científicas, comprovantes de serviços prestados na área e documentos emitidos pela AOCEANO, tais como a Declaração de Habilitação Técnica (DHT), a Certidão de Acervo Técnico (CAT) e o Atestado de Habilitação Técnica (AHT).

Figura 24 - Profissionais com dificuldade para a comprovação da capacidade técnica.

3.3.2. Dificuldades encontradas quanto à comprovação de capacidade técnica profissional

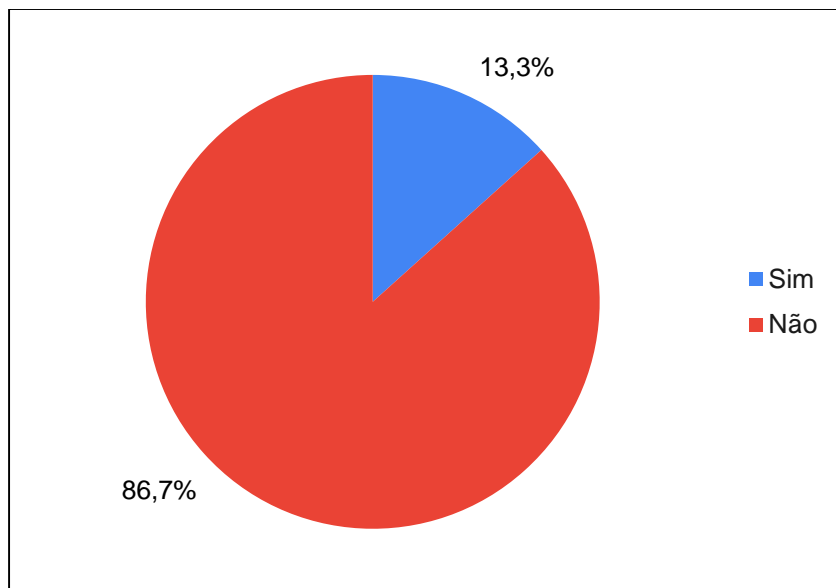
Quando questionados quais seriam as dificuldades enfrentadas, as respostas foram:

- Falta de reconhecimento da profissão;
Foram citadas situações nas quais muitas vagas buscam por atribuições conferidas ao profissional oceanógrafo, porém as vagas são ofertadas e divulgadas para biólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros ambientais e áreas afins.
- Comprovação do conhecimento e da experiência técnica;
- Falta de um conselho que fiscalize a profissão;
Em muitas situações, o oceanógrafo não pode assinar um projeto por não estar inscrito em um conselho de classe.
- Muitos editais aceitam somente a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Geociências (CREA).

3.3.3. Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO)

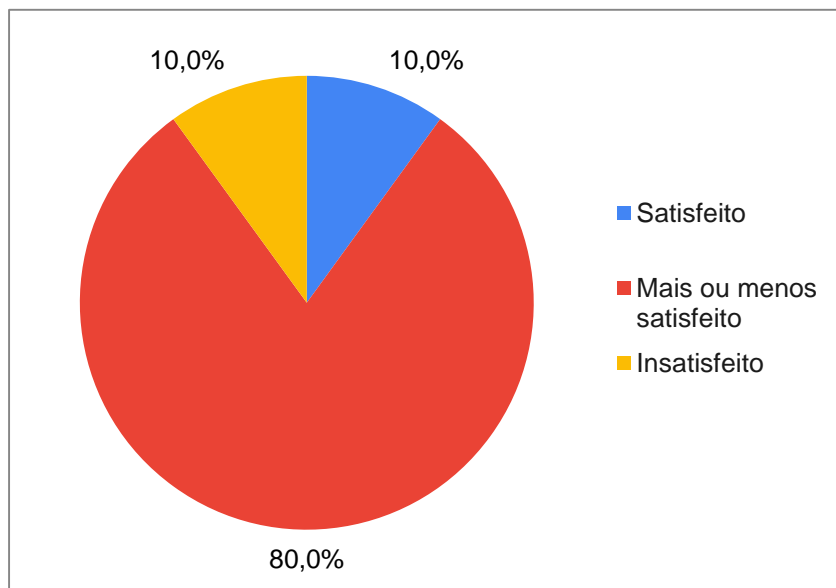
Dos 75 profissionais que responderam ao questionário, 13,3% são associados à AOCEANO (Figura 25).

Figura 25 - Porcentagem de profissionais associados à AOCEANO.



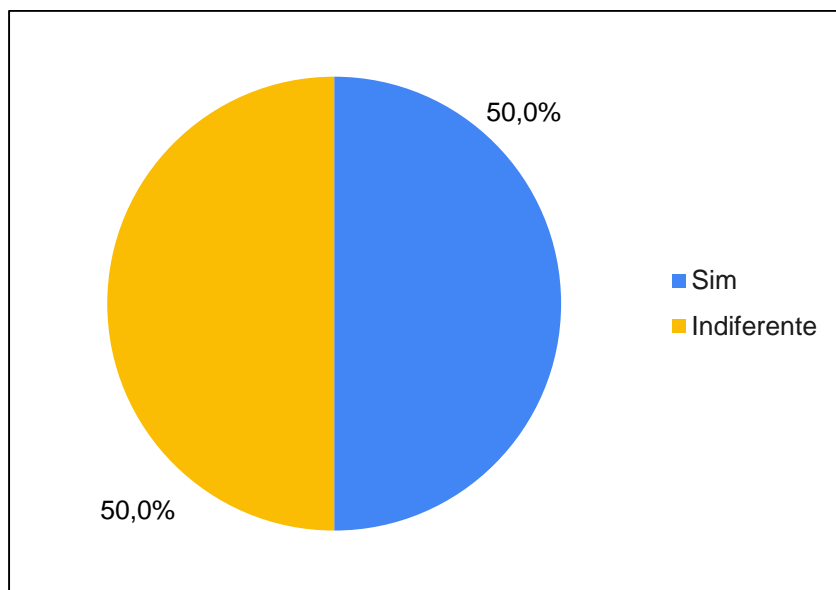
Destes, 10% estão satisfeitos com a instituição, 80% estão mais ou menos satisfeitos e 10% estão insatisfeitos (Figura 26).

Figura 26 - Nível de satisfação dos profissionais associados à AOCEANO.



Quando questionados em relação ao fortalecimento da AOCEANO no Estado da Bahia, metade dos profissionais se mostrou favorável, enquanto a outra metade se mostrou indiferente (Figura 27).

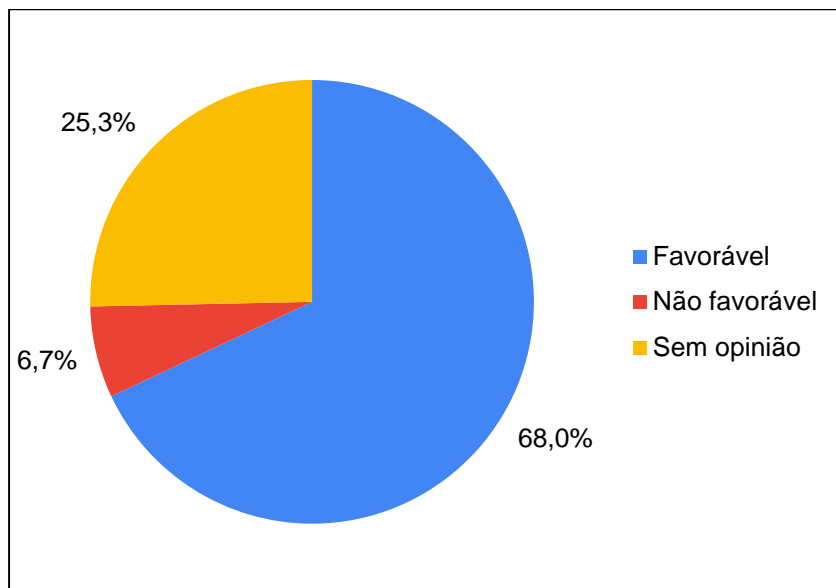
Figura 27 - Opinião dos associados à AOCEANO quanto ao seu fortalecimento no Estado da Bahia.



3.3.4. Associação Regional (Baiana/ Nordestina) de Oceanógrafos

Foi questionada a possibilidade e viabilidade da criação de uma Associação Baiana e uma Associação Nordestina de Oceanógrafos. Com relação a primeira opção, 68% se mostraram favoráveis, 25,3% não tinha opinião formada e 6,7% se opuseram à criação (Figura 28).

Figura 28 - Opinião dos oceanógrafos quanto a criação de uma Associação Baiana de Oceanógrafos.

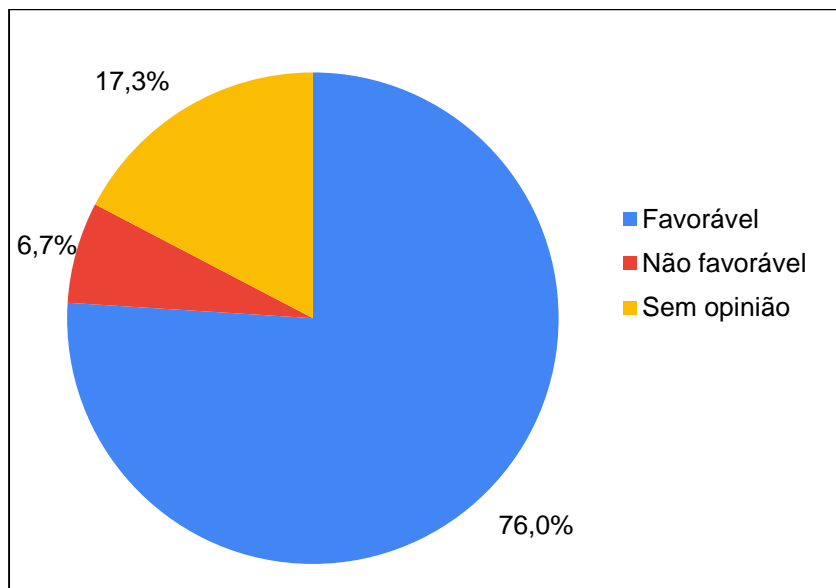


A parcela contrária alegou as seguintes justificativas:

- Restrição geográfica;
- Segregação de classe ao invés de união;
- Pouca efetividade;
- Fortalecimento da AOCEANO a nível regional ao invés de criar outra associação;
- Possibilidade de baixa adesão devido à pequena quantidade de egressos nos cursos de Oceanografia. Sendo assim, seria mais interessante juntar esforços a fim de fortalecer a classe a nível nacional.

Quanto à criação de uma Associação Nordestina de Oceanógrafos, 76% se mostraram favoráveis, 17,3% não tinham opinião formada e 6,7% foram contra (Figura 29). Os que se manifestaram contra utilizaram dos mesmos argumentos citados anteriormente.

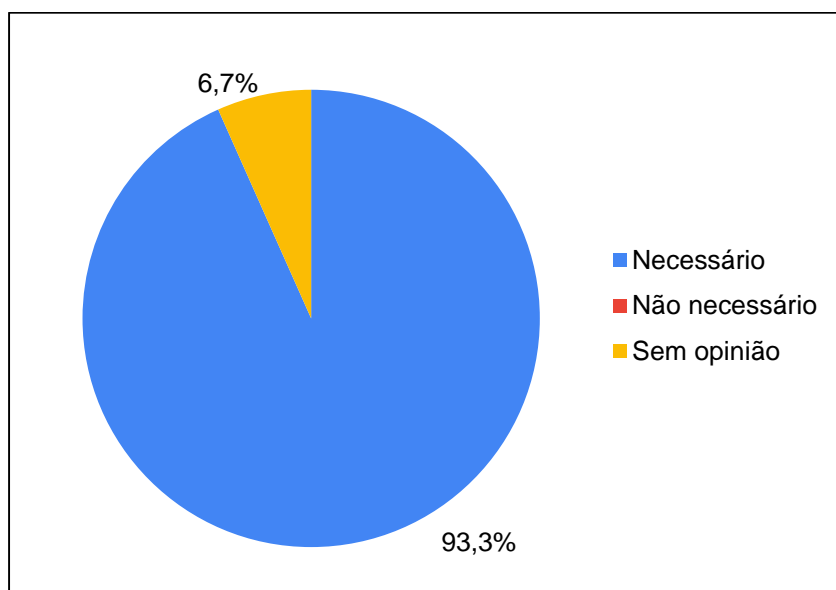
Figura 29 - Opinião dos oceanógrafos quanto a criação de uma Associação Nordestina de Oceanógrafos.



3.3.5. Conselho de Classe

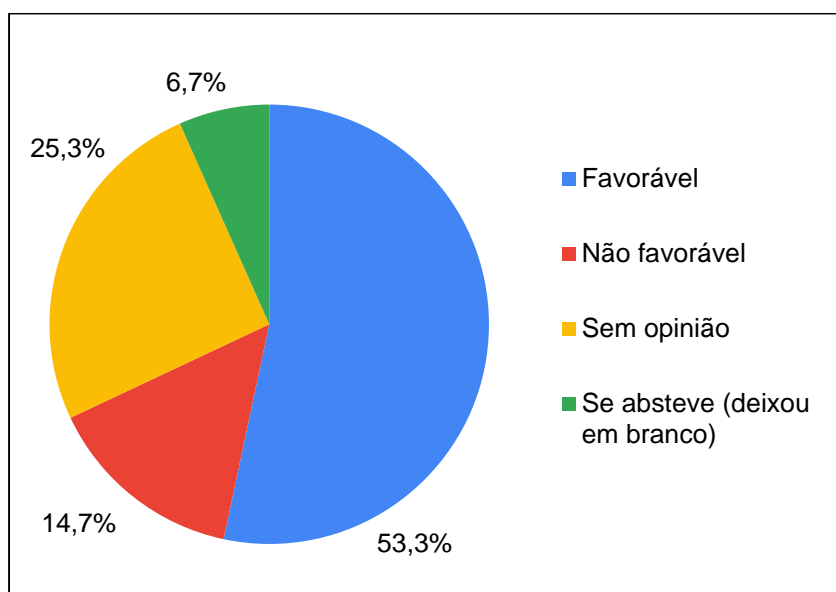
Também foi questionada a necessidade de um conselho de classe para a profissão. A maioria dos profissionais (93,3%) acreditar ser necessário um conselho de classe, enquanto que 6,7% não tinham opinião formado sobre o assunto (Figura 30).

Figura 30 - Opinião dos oceanógrafos quanto a necessidade de um conselho de classe para a profissão de Oceanógrafo.



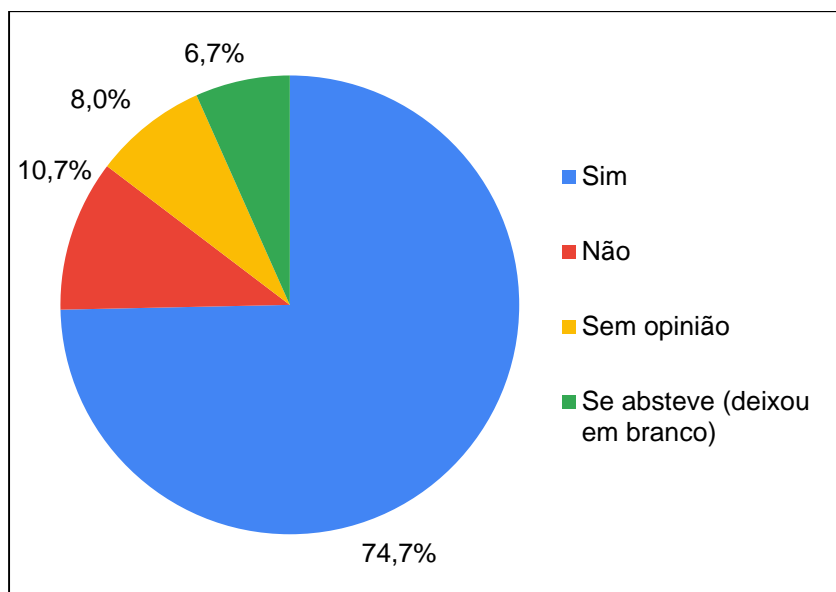
Quando questionados se eram favoráveis a uma possível associação da profissão no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Geociências (CREA), 53,3% foram favoráveis, 14,7% foram contrários e 25,3% não tinham opinião (Figura 31).

Figura 31 - Opinião dos oceanógrafos quanto uma possível entrada da oceanografia no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).



Quando questionados sobre a possibilidade da criação de um Conselho de Oceanografia, 74,7% foram a favor, enquanto que 10,7% foram contrários e 8% não tinham opinião formada sobre o assunto (Figura 32).

Figura 32 - Opinião dos oceanógrafos quanto à criação de um Conselho de Oceanografia.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as respostas obtidas através do formulário não sejam conclusivas, visto que elas são referentes à situação atual dos oceanógrafos formados e/ou atuantes no Estado da Bahia, as informações aqui detalhadas podem ser úteis no norteamento das discussões sobre a categoria, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento do profissional oceanógrafo.

As informações também podem ser utilizadas como subsídio para o gerenciamento dos cursos de graduação em Oceanografia na Bahia, auxiliando as tomadas de decisões principalmente dos Colegiados de graduação quanto à inserção dos profissionais no mercado de trabalho.